

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

EPISTEMOGRAFIA INTERATIVA E A DESCLASSIFICAÇÃO DO SABER: RUPTURAS E (RE)EXISTÊNCIAS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

INTERACTIVE EPISTEMOGRAPHY AND THE DECLASSIFICATION OF KNOWLEDGE: RUPTURES AND RE-EXISTENCES IN THE ORGANIZATION OF KNOWLEDGE

Luís Fernando Vanin – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Rodrigo de Sales – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: este artigo investiga a epistemografia interativa como uma alternativa crítica às epistemologias hegemônicas da Organização do Conhecimento (OC), com ênfase na valorização de saberes localizados, subalternizados e dissidentes. A partir de uma abordagem exploratória, fundamentada em revisão teórico-conceitual, analisa-se o potencial dessa perspectiva para promover a desclassificação dos saberes, entendida como ferramenta epistemológica e política de resistência à violência classificatória. Os resultados indicam que a epistemografia interativa possibilita a incorporação de lógicas plurais e contraditórias nos sistemas de organização do conhecimento, rompendo com modelos classificatórios universais e hierarquizantes. No cerne dessa proposta estão conceitos como interatividade, pluralismo lógico, lógica paraconsistente e autonarração, que fundamentam um paradigma transdisciplinar, rizomático, inclusivo e descolonizador. Conclui-se que, ao deslocar o foco da neutralidade tecnocrática para práticas ético-políticas e emancipatórias, a epistemografia interativa contribui para uma reorganização democrática dos saberes, sensível às diversidades epistemológicas. Essa abordagem reposiciona sujeitos historicamente marginalizados como agentes ativos na produção, representação e organização dos conhecimentos, fortalecendo o compromisso da OC com a justiça cognitiva, social e epistêmica.

Palavras-chave: Epistemografia interativa; Organização do conhecimento; Desclassificação; Autonarração; Justiça epistêmica.

Abstract: this article investigates interactive epistemography as a critical alternative to the hegemonic epistemologies of the Organization of Knowledge (OC), with an emphasis on valuing localized, subaltern and dissident knowledge. From an exploratory approach, based on a theoretical-conceptual review, we analyze the potential of this perspective to promote the declassification of knowledge - understood as an epistemological and political tool of resistance to classificatory violence. The results indicate that interactive epistemography makes it possible to incorporate plural and contradictory logics into systems for organizing knowledge, breaking with universal and hierarchical classificatory models. At the heart of this proposal are concepts such as interactivity, logical pluralism, paraconsistent logic and autonarration, which underpin a transdisciplinary, rhizomatic, inclusive and decolonizing paradigm. It concludes that by shifting the focus from technocratic neutrality to ethical-political and emancipatory practices, interactive epistemography contributes to a democratic reorganization of knowledge, sensitive to epistemological diversity. This approach repositions historically marginalized subjects as active agents in the production, representation and organization of knowledge, strengthening the commitment of OC to cognitive, social and epistemic justice.

Keywords: Interactive epistemography; Organization of knowledge; Declassification; Autonarration; Epistemic justice.

1 INTRODUÇÃO

A epistemologia, compreendida como o estudo da natureza, origem e limites do conhecimento (Bachelard, 2006), ocupa um lugar central na Ciência da Informação (CI) e na Organização do Conhecimento (OC). No entanto, o campo enfrenta problemáticas profundas que extrapolam os limites técnicos, implicando desafios éticos, políticos e epistêmicos relacionados à produção, organização e circulação do conhecimento.

Entre essas problemáticas, destaca-se o predomínio do eurocentrismo e da colonialidade do saber, que historicamente moldaram a produção científica da área com base em perspectivas ocidentais hegemônicas (Mignolo, 2010). Tal colonialidade se manifesta na geopolítica do conhecimento, que atribui à razão e à ciência um lugar exclusivo nas metrópoles, enquanto relega aos territórios colonizados o estatuto de objeto de estudo, desprovidos de autoridade epistêmica (Grosfoguel, 2009; Santos, 2007). Como consequência, saberes oriundos de comunidades indígenas, afrodescendentes, LGBTQIAPN+, entre outros, são frequentemente invisibilizados ou deslegitimados, condicionando-os ao esquecimento e à marginalização.

Esse processo de exclusão se reproduz, muitas vezes, nas práticas de organização do conhecimento, cujos sistemas classificatórios impõem categorias rígidas que muitas vezes não contemplam a diversidade dos saberes humanos (Vanin, 2024). A busca por uma suposta universalidade nos sistemas de classificação desconsidera especificidades culturais, históricas e sociais, perpetuando uma lógica de exclusão epistêmica.

Nesse contexto, Boaventura de Sousa Santos (2001) propõe uma virada epistemológica baseada na hermenêutica crítica, em que o sujeito epistêmico deve submeter suas ferramentas conceituais a um constante autoexame ético e político. A Ciência da Informação, ao investigar fluxos informacionais e práticas de mediação da informação (Borko, 1968; Saracevic, 1996), encontra-se atravessada por uma tensão entre sua vocação multidisciplinar e os conflitos decorrentes da integração de paradigmas diversos, entre o técnico e o humanístico, entre o dominante e o subalternizado.

Autores como García Gutiérrez (2006) e Duque Cardona (2020) apontam caminhos de superação a partir da crítica às epistemologias tradicionais. A proposta da epistemografia

interativa (Garcia Gutiérrez, 2006), inspirada na epistemologia prática de Gardin *et al.* (1987), propõe uma abordagem que valorize o "para quê" e o "para quem" do conhecimento, incorporando dimensões socioculturais e éticas na análise epistemológica da CI e da OC. Já Duque Cardona (2020) advoga por uma reorientação decolonial do campo, com base em epistemologias do Sul, interculturalidade e saberes situados latino-americanos.

Diante disso, este estudo tem como objetivo investigar as potencialidades da epistemografia interativa como instrumento de emancipação das epistemologias subalternizadas na Organização do Conhecimento. Por meio de uma abordagem exploratória, busca-se analisar criticamente os limites da racionalidade hegemônica e propor alternativas mais inclusivas para a produção e organização do conhecimento. Ao fazê-lo, pretende-se contribuir para a construção de uma CI e uma OC mais plurais, responsivas e comprometidas com a justiça social, informacional e epistêmica.

2 A EPISTEMOGRAFIA INTERATIVA COMO POSSIBILIDADE PÓS-EPISTEMOLÓGICA PARA OS CONHECIMENTOS SUBALTERNIZADOS

As discussões epistemológicas na CI e na OC têm sido marcadas por tensões entre abordagens hegemônicas e alternativas, particularmente no que diz respeito à inclusão de saberes historicamente marginalizados. Nesse contexto, a epistemografia interativa, proposta por García Gutiérrez (2000, 2006, 2007, 2011a, 2011b, 2014), surge como uma possibilidade pós-epistemológica, ao oferecer um arcabouço conceitual e metodológico capaz de acolher a pluralidade epistêmica e desafiar as estruturas dominantes de produção e organização do conhecimento.

Tradicionalmente, a OC esteve alinhada a um paradigma positivista, que pressupõe a objetividade, a neutralidade e a fragmentação disciplinar como princípios fundantes. Essa orientação reducionista naturalizou práticas que invisibilizam subjetividades e excluem epistemologias dissidentes, ao privilegiar classificações universais baseadas em lógicas tecnocráticas e fordistas de padronização (García Gutiérrez, 2011a). Nessa perspectiva, o profissional da informação é concebido como um operador burocrático, que atua segundo esquemas predefinidos, sem espaço para interpretações contextuais ou sensíveis às dinâmicas sociais e culturais dos sujeitos e seus saberes.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

A epistemografia interativa, por sua vez, propõe uma ruptura com essa lógica ao introduzir uma abordagem centrada na diversidade epistêmica, na horizontalidade e na interatividade. Trata-se de uma proposta transdisciplinar (García Gutiérrez, 2007), comprometida com a organização e representação de conhecimentos desde os territórios do dissenso e da diferença, ampliando o escopo da OC para abarcar múltiplas racionalidades, inclusive aquelas oriundas de experiências populares, comunitárias e subalternizadas.

Ao contrário das práticas classificatórias tradicionais, que impõem modelos hierárquicos e excludentes, a epistemografia interativa trabalha com categorias abertas, fundadas na ideia de desclassificação. Desclassificar, aqui, não significa abdicar da organização do conhecimento, mas sim tensionar as lógicas classificatórias para permitir a coexistência de múltiplas vozes, perspectivas e modos de significação (García Gutiérrez, 2006).

García Gutiérrez (2006) sustenta que a epistemografia interativa se interessa, prioritariamente, pelos "conhecimentos despercebidos e/ou silenciados", organizando-os de forma interativa e horizontal, num movimento que visa reequilibrar as relações de poder epistêmico. O autor propõe que essa abordagem deve se engajar, ao mesmo tempo, nas zonas centrais e periféricas do saber, promovendo o que ele chama de "sociedade desclassificada", pautada pelo dissenso e pela pluralidade lógica. Nas palavras do autor:

[A sociedade], aquela a que devemos aspirar, há de ser uma sociedade desclassificada, isto é, heteroconstruída desde autonarrações múltiplas, a partir de estruturas e processos suficientemente flexíveis para incrementar, em seu interior, mais dissenso e configurações lógicas plurais" (García Gutiérrez, 2006, p. 111).

A epistemografia interativa também incorpora a noção de estruturas rizomáticas, nas quais os documentos não são tratados como entidades fixas, mas como nodos de uma rede dinâmica de significações em constante mutação (García Gutiérrez, 2014). Essa visão se opõe aos metadados rígidos e imutáveis típicos da tradição informacional tecnocrática, e propõe a construção de sistemas abertos e adaptativos, capazes de refletir a fluidez e a complexidade das experiências sociais contemporâneas.

Outro elemento central dessa proposta é a crítica à marginalização dos saberes não científicos e populares, frequentemente excluídos dos repositórios formais de conhecimento. García Gutiérrez (2006, 2014) denuncia a violência simbólica que acompanha essa exclusão, caracterizando-a como uma forma de dominação neocolonialista. Ao promover a reabilitação

desses saberes no contexto digital, a epistemografia interativa se posiciona como uma prática de resistência e transformação.

A operacionalização da epistemografia interativa também implica o uso crítico e estratégico das tecnologias digitais, não como fins em si mesmas, mas como meios para ampliar a participação, a autonarração e a construção coletiva do conhecimento. A criação de interfaces e sistemas interativos, que acolham múltiplas contribuições e permitam a emergência de lógicas distintas, é fundamental para democratizar os processos classificatórios e romper com a homogeneização imposta pelos sistemas convencionais (García Gutiérrez, 2011a).

Nesse horizonte, a epistemografia interativa se consolida como uma metodologia que articula teoria e práxis, combinando observação, participação e sensibilidade crítica. Trata-se de uma abordagem que se interessa pelo comportamento do epistemógrafo, ou seja, pelas práticas concretas de mediação, representação e registro que desafiam os binarismos entre ciência e senso comum, saberes eruditos e populares, objetividade e subjetividade.

Assim, ao reconhecer as contradições como elementos constitutivos da realidade social e do conhecimento, a epistemografia interativa as incorpora como forças criativas e investigativas, recusando a lógica binária que opõe verdade e falsidade. A aceitação do conflito epistêmico torna-se, portanto, um motor para a construção de uma OC mais plural, crítica e ética.

Em suma, a epistemografia interativa representa uma resposta às limitações dos paradigmas tradicionais da Organização do Conhecimento, ao propor uma reorganização profunda das suas bases epistemológicas. Ao valorizar a diversidade epistêmica e promover a descolonização dos saberes, essa abordagem contribui para a construção de um campo mais justo e democrático, no qual os conhecimentos subalternizados não apenas ganham visibilidade, mas também têm a potência de transformar as estruturas cognitivas e institucionais que historicamente os silenciaram.

3 PRINCÍPIOS DA EPISTEMOGRAFIA INTERATIVA

Emergindo como uma alternativa crítica e inovadora no campo da Organização do conhecimento, a epistemografia interativa propõe o redesenho de metodologias, teorias e epistemologias do campo. Trata-se de uma abordagem disruptiva que se fundamenta na

crítica ao legado positivista presente nas disciplinas fundacionais da área, como a Biblioteconomia e a Museologia. Para o García Gutiérrez (2007), a formação contínua do epistemógrafo em campos como a gnosiologia, a neurociência, a teoria e economia política, os estudos culturais e pós-coloniais, bem como nas teorias feministas e queer, permite esse afastamento das bases epistêmicas positivistas, abrindo espaço para uma prática mais crítica, plural e situada.

A interatividade, concebida como eixo central da epistemografia interativa, permite ressignificar os modos tradicionais de organização do conhecimento, ao propor uma superação das limitações inerentes às classificações convencionais. Tais limitações manifestam-se, frequentemente, na distância entre as linguagens classificatórias e os discursos efetivamente presentes nos textos, bem como nas experiências concretas dos usuários. Nesse sentido, a epistemografia interativa atua no sentido de reconectar as ferramentas informacionais às realidades plurais que busca representar. Ao fazer isso, rompe com duas reduções características das linguagens tradicionais: por um lado, a cisão entre nomenclaturas teóricas e discursos situados; por outro, a tendência à universalização e homogeneização das múltiplas visões de mundo.

Nesse sentido, a desclassificação assume papel central na proposta epistemográfica. Trata-se de uma ferramenta conceitual e prática cujo objetivo é instalar o pluralismo lógico no núcleo da própria classificação. García Gutiérrez (2006) propõe que o conhecimento científico deve ser desclassificado em três dimensões: 1) desmontando-se as estruturas que somente garantem o *status quo*; 2) proporcionando-lhe categorias compatíveis com o pluralismo lógico e 3) no sentido metafórico, e social da desclassificação, interalimentando-se com a consciência e o domínio públicos. A desclassificação, portanto, opera como uma abertura epistemológica à diversidade de sentidos e à multiplicidade cultural e discursiva, propondo um redesenho do próprio modo como o conhecimento é organizado e acessado.

Essa proposta também se volta à integração de diversas perspectivas teóricas e ideológicas nas estruturas de organização do conhecimento, promovendo um ambiente mais inclusivo, democrático e sensível às vozes historicamente silenciadas. Segundo Soares, Martins e Francelin (2013), a epistemografia interativa “configura-se como uma organização horizontal e interativa dos conhecimentos que adota uma estrutura rizomática, ou seja, os conhecimentos estão sempre buscando uma relação, um sentido”. Nas palavras de García Gutiérrez (2008, p. 42), “é na interação [...] onde residem o sentido, a cultura, o conhecimento

e a memória”, reforçando a centralidade da interatividade como base epistemológica da proposta.

A partir de suas formulações iniciais aplicadas ao patrimônio histórico andaluz, García Gutiérrez (2000) propõe um conjunto de princípios fundamentais da epistemografia interativa nos sistemas de organização do conhecimento:

1. **Interatividade:** os sistemas devem funcionar como um mediador dinâmico, promovendo retroalimentação constante e processos de autoaprendizagem;
2. **Personalização:** a adaptação às preferências e modos de interação dos usuários é essencial, refletindo suas práticas e demandas concretas;
3. **Complexidade:** os sistemas devem incorporar múltiplas teorias e percepções, inclusive contraditórias, reconhecendo a complexidade da produção de conhecimento;
4. **Pragmatismo:** o foco reside na utilidade prática, orientando-se para a produção de conhecimento novo e aplicável;
5. **Conectividade:** a compatibilidade com outros sistemas de informação é necessária para assegurar a interoperabilidade;
6. **Verificabilidade:** os conceitos e valores utilizados devem ser claros e logicamente consistentes, garantindo coerência e integridade;
7. **Prospectividade:** os sistemas devem estar abertos à incorporação de novos conhecimentos e à evolução ao longo do tempo;
8. **Universalidade:** os princípios da epistemografia devem ser aplicáveis de modo transversal, promovendo flexibilidade e adaptabilidade.

A epistemografia interativa, portanto, oferece uma abordagem dinâmica, adaptativa e inclusiva para a organização e o acesso ao conhecimento. Ao valorizar a diversidade epistemológica e cultural, essa proposta se alinha às demandas de uma sociedade globalizada e em constante transformação. Bezerra (2019, p. 25) observa que “propostas práticas como a Epistemologia Interativa fazem parte de uma incessante busca por novas formas de representação, organização e recuperação de conhecimento”, destacando a importância da organização do conhecimento em assumir a responsabilidade teórica e prática dessas inovações.

Complementarmente, Soares, Martins e Francelin (2013, p. 9) entendem que “a epistemografia interativa pode ser entendida como uma nova corrente transdisciplinar que abriga os conhecimentos excluídos, representando-os numa multiplicidade de culturas e

discursos como em uma organização horizontal”. Essa prática transdisciplinar propõe um novo *status quo* organizacional, em que os conceitos estão em constante movimento e reconfiguração, promovendo uma articulação viva entre teoria, prática e transformação social.

4 SABERES LOCALIZADOS E SUBALTERNIZADOS

Uma abordagem que reconhece e valoriza saberes localizados e subalternizados, fundamentando-se na premissa de que todo conhecimento é situado e, portanto, marcado por contextos socioculturais, históricos e afetivos específicos, se afasta da pretensão universalista que caracteriza os sistemas tradicionais de organização do conhecimento e se aproxima de epistemologias críticas e decoloniais que entendem o saber como expressão plural e contingente das experiências humanas.

Donna Haraway (1988) é referência central para o entendimento dos saberes localizados, ao defender que a objetividade científica é construída a partir de “posicionamentos” parciais. Em sua concepção, “conhecer” implica reconhecer o lugar de fala, as ambiguidades e as contradições dos sujeitos que produzem o saber. A epistemografia interativa se alinha a essa perspectiva ao rejeitar a pureza ontológica e ao reconhecer o caráter variado, ambíguo e vulnerável das práticas de conhecimento. Nesse sentido, os saberes subalternizados não são tratados como déficits a serem corrigidos, mas como expressões legítimas de racionalidades outras, fundamentais para uma Organização do Conhecimento inclusiva e crítica.

Central para essa proposta, a noção de desclassificação, que atua como ferramenta epistemológica e política, desestabiliza as estruturas hegemônicas de ordenação do mundo. Para García Gutiérrez (2006), desclassificar consiste em desmontar estruturas que perpetuam o *status quo*, em nome da instalação de um pluralismo lógico que abra espaço para categorias mais inclusivas e dialógicas. Nesse processo, desclassificar significa expor aquilo que a classificação oculta: os saberes submersos, as experiências invisibilizadas, os discursos silenciados. Como afirma o autor (2006, p. 110), classificar “tem, entre suas muitas acepções, uma aparência perversa e paradoxal: ocultar conhecimento”. A desclassificação, ao reconstituir os parâmetros de organização, revela os jogos de poder que sustentam a normatividade epistemológica e cria possibilidades para outras lógicas de compreensão.

É nesse ponto que a epistemografia interativa se consolida como prática de resistência, especialmente quando promove a autonarração como mecanismo de inclusão epistêmica. Como destaca Bezerra (2019, p. 76), “a autonarração permite que os sujeitos expressem seu sentimento e conhecimento sobre os itens informacionais, mesmo que esses relatos escapem das formas consagradas de descrição científica”. Tal gesto representa uma ruptura com a mediação autoritária do especialista e uma abertura ao testemunho direto, afetivo e político de sujeitos historicamente marginalizados. Mais do que uma simples inserção discursiva, a autonarração se configura como estratégia epistêmica e política que rompe com a lógica de silenciamento imposta por sistemas classificatórios excludentes e hierárquicos, ao deslocar o foco da representação heterônoma para a autorrepresentação situada.

No escopo da epistemografia interativa, a autonarração emerge como dispositivo crítico de reorganização do conhecimento, ao conferir aos sujeitos o protagonismo na construção e legitimação de seus próprios saberes. Em vez de submeterem suas experiências aos filtros normativos das linguagens tecnocráticas, os narradores tornam-se agentes epistêmicos que mobilizam suas vivências, afetos e referências culturais para articular sentidos, valores e racionalidades dissidentes. Ao permitir que sujeitos historicamente subalternizados, como povos originários, comunidades afrodescendentes, LGBTQIAPN+ e populações periféricas, narrem a si mesmos a partir de seus próprios marcos de referência, a autonarração atua como contranarrativa insurgente, revelando as limitações dos discursos científicos totalizantes e instituindo novas formas de reconhecimento e existência nos espaços informacional.

A potência epistemográfica da autonarração reside, portanto, em sua capacidade de desestabilizar a normatividade classificatória, instaurando uma epistemografia que valoriza o conhecimento como prática situada, cultural e relacional. García Gutiérrez (2006) sublinha que os sistemas informacionais comprometidos com a justiça epistêmica devem ser suficientemente abertos e rizomáticos para acolher esses relatos autonarrativos, sustentando múltiplas lógicas, perspectivas e formas de significação. A autonarração, nesse contexto, não apenas amplia os horizontes representacionais da Organização do Conhecimento, mas reconfigura seus fundamentos ao reconhecer a centralidade do sujeito na produção de sentidos, memórias e saberes.

Por fim, ao articular teoria, prática e política, a autonarração adquire status de princípio estruturante da epistemografia interativa. Sua incorporação nos sistemas

informacionais representa uma aposta radical na diversidade epistêmica e na revalorização de saberes dissidentes, instaurando um paradigma informacional orientado pelo pluralismo lógico e pela descolonização dos saberes, em sintonia com autores como Garcez e Sales (2021), Duque-Cardona (2020) e García Gutiérrez (2006; 2008; 2014). Em contraste com as práticas convencionais de organizar os conhecimentos, que operam por abstração e homogeneização, a autonarração favorece a emergência do dissenso, da contradição e da multiplicidade, reconstituindo os vínculos entre subjetividade, identidade e justiça cognitiva e social. Trata-se, portanto, não apenas de uma técnica de expressão, mas de um gesto ontopolítico que transforma os regimes de visibilidade e legibilidade dos saberes subalternizados, reposicionando-os como forças ativas na construção coletiva dos conhecimentos.

Contudo, a incorporação desses saberes em sistemas digitais e dispositivos oficiais de informação não está isenta de dilemas. A expansão dos saberes subalternizados e dissidentes para novas plataformas pode implicar riscos de apropriação indevida, perda de significados e esvaziamento simbólico. Por isso, devemos agir com cautela, evitando impor estruturas classificatórias que anulem a singularidade dos saberes incorporados. Em sua dimensão transdisciplinar e dialógica, ela deve promover redes de cooperação e modelos de auto-organização que respeitem a autonomia e a integridade dessas racionalidades outras.

Para Garcia Gutiérrez (2006, p. 9), o objetivo da epistemografia interativa é “manter os níveis máximos de conhecimento autoconstruído, autônomo, emancipado, heterológico”. Essa defesa radical da heterogeneidade epistêmica constitui uma aposta ética e política na diversidade dos modos de conhecer e se relacionar com o mundo, sendo condição indispensável para a construção de sistemas informacionais mais justos, inclusivos e críticos.

5 VIOLÊNCIA EPISTEMOLÓGICA

A violência epistemológica é um dos principais alvos da crítica promovida pela epistemografia interativa. Essa violência se manifesta nas práticas tradicionais de organização do conhecimento que, ao adotarem lógicas classificatórias rígidas e hierarquizantes, acabam por excluir, marginalizar ou silenciar formas de saber não alinhadas à racionalidade dominante. A epistemografia, ao propor uma crítica radical a essas práticas, atua como

estratégia de insurgência epistêmica frente aos sistemas que naturalizam a exclusão e a invisibilização.

Segundo García Gutiérrez (2006, p. 111), classificar é “prescrever ou proscrever”, num gesto que impõe uma visão normativa do mundo e deixa “pouca margem à apelação”. Nesse contexto, a classificação não é uma ação neutra, mas um exercício de poder, que define o que pode ou não ser conhecido, nomeado, validado e lembrado. A imposição de categorias totalizantes e inflexíveis corresponde à negação da complexidade humana e à manutenção de epistemes centradas na homogeneidade e na autoridade.

É nesse cenário que a desclassificação emerge como prática subversiva e libertadora. Como aponta Gutiérrez (2006, p. 110), desclassificar não significa abandonar a organização, mas sim reclassificar com base em outros princípios, mais abertos, plurais e sensíveis às realidades diversas. A desclassificação desestabiliza a lógica opressora da epistemologia tradicional, abrindo caminho para a emergência de um pluralismo lógico que reconhece a coexistência da contradição e de racionalidades múltiplas.

A lógica dominante, baseada na não contradição e na busca por coerência total, é historicamente excludente. Como afirmam Soares, Martins e Francelin (2013, p. 5), essa lógica “tão precisa e unitária” não é capaz de dar conta da complexidade e da pluralidade da existência humana. Ao impor categorias binárias e universalizantes, essa lógica impede o acolhimento de saberes contraditórios, ambíguos ou híbridos que são, justamente, os que mais frequentemente expressam as experiências de grupos marginalizados.

Nesse ponto, a epistemografia interativa opera como ruptura. Ela acolhe o dissenso e reconhece a contradição como parte legítima e necessária do processo de produção e organização do conhecimento. Como destaca Gutiérrez (2006, p. 111), “toda classificação do mundo toma como ponto de partida uma inflexível posição identitária”. É essa rigidez que a epistemografia interativa visa desconstruir, ao promover a abertura epistêmica e a valorização do múltiplo.

A lógica paraconsistente, nesse contexto, torna-se uma aliada teórica essencial. Ao contrário da lógica clássica, que considera a contradição como falha, a lógica paraconsistente a reconhece como uma possibilidade informacional. Como explicam Soares, Martins e Francelin (2013, p. 6), “a lógica paraconsistente permite o suporte efetivo da contradição”, sem que o sistema se torne trivial ou inválido. Essa lógica permite a coexistência de

proposições contraditórias, oferecendo uma alternativa robusta para acolher a multiplicidade epistemológica.

A adoção da lógica paraconsistente no âmbito da epistemografia interativa amplia significativamente as possibilidades de representação e organização do conhecimento. Ao invés de eliminar a diferença, ela a integra como dimensão constitutiva do saber. Isso implica uma reorganização ética e política da epistemologia, com o objetivo de construir um campo informacional onde distintas formas de conhecer, muitas vezes inconciliáveis à luz das normas tradicionais, possam dialogar, coexistir e se enriquecer mutuamente.

Assim, a epistemografia interativa, ao se fundamentar na desclassificação e no pluralismo lógico, apresenta-se como alternativa radical à violência epistemológica que estrutura a organização do conhecimento em sua forma hegemônica. Ela propõe um modelo que não apenas reconhece a diversidade, mas que a torna motor da construção do conhecimento. Essa postura crítica e inclusiva representa uma contribuição fundamental para a superação das injustiças epistêmicas e para a emergência de uma organização do conhecimento mais justa, plural e transformadora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados apresentados neste estudo revelam o potencial da epistemografia interativa como uma ferramenta crítica e transformadora para a Organização do conhecimento, sobretudo no enfrentamento das violências epistêmicas que historicamente invisibilizam saberes localizados, subalternizados e dissidentes. A análise desenvolvida evidencia que a epistemografia, ao propor a desclassificação como estratégia metodológica, ontológica e política, promove uma reconfiguração profunda das estruturas tradicionais de organização do conhecimento. Tal reconfiguração implica uma abertura ao pluralismo lógico, à lógica paraconsistente e às práticas autonarrativas, permitindo a emergência de racionalidades outras que escapam ao escopo normativo da epistemologia hegemônica.

Esses achados estão em consonância com os trabalhos de autores como Donna Haraway (1988), García Gutiérrez (2006) e Bezerra (2019), que já apontavam para a necessidade de reconhecer a parcialidade e a posição situada do conhecimento, assim como para o papel político das classificações e dos sistemas de organização do conhecimento. Ao articular esses referenciais a partir da proposta da epistemografia interativa, este estudo fortalece e amplia a discussão sobre a descolonização do saber no âmbito da Ciência da

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Informação, sem, contudo, incorrer em uma negação simplista da necessidade de organização, propondo, ao invés disso, outras formas de ordenar que valorizem a diversidade epistêmica e social.

O principal avanço deste trabalho reside na proposição da epistemografia interativa como uma alternativa concreta e propositiva às práticas tradicionais da Organização do Conhecimento, especialmente no que tange à representação de epistemologias dissidentes, como aquelas produzidas por povos originários, afrodescendentes, quilombolas, comunidades LGBTQIAPN+, entre outros grupos historicamente marginalizados. Ao deslocar o foco da neutralidade e da eficiência tecnocrática para valores como inclusão, reflexividade e cuidado, este estudo não apenas denuncia os limites da racionalidade classificatória hegemônica, mas também aponta caminhos metodológicos e epistemológicos para a construção de sistemas mais éticos, plurais e responsivos às diversidades socioculturais. Nesse horizonte, a epistemografia interativa opera como instrumento de reconfiguração das bases da organização do conhecimento, promovendo um deslocamento paradigmático sustentado por lógicas rizomáticas, pluralistas e descolonizadoras.

Nesse processo, a autonarração constitui o cerne ético-político da epistemografia interativa, ao transformar profundamente os modos de organização, representação e circulação dos saberes subalternizados. Ao reconhecer o sujeito como agente ativo na construção de sua própria narrativa epistêmica, a autonarração rompe com a lógica excludente dos sistemas classificatórios convencionais, ancorados na neutralidade técnica e na hierarquização dos conhecimentos. Essa reconfiguração dos regimes de representação e organização não apenas amplia o acesso e a visibilidade de saberes marginalizados, como também redefine os critérios de validade e legitimidade no campo informacional. Assim, a autonarração não se limita a ser um dispositivo descritivo, mas deve ser compreendida como um princípio epistemográfico transformador, que reposiciona o conhecimento como prática relacional, situada e insurgente. Quando incorporada criticamente nos sistemas de organização do conhecimento, ela contribui para a edificação de ecologias cognitivas plurais, capazes de sustentar o dissenso, a contradição e a multiplicidade como fundamentos de uma justiça epistêmica comprometida com a emancipação e a dignidade dos saberes outros.

Assim, este trabalho contribui para o campo ao defender que a epistemografia interativa não se limita a uma técnica descritiva ou metodológica, mas deve ser compreendida como uma postura ética e política. Essa postura reconhece a importância de construir

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

sistemas de organização do conhecimento colaborativos e abertos à multiplicidade de experiências humanas, permitindo que as epistemologias até então submersas possam não só ser incluídas, mas também protagonizar a produção do saber. O estudo, portanto, reafirma o compromisso da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento com os princípios de justiça cognitiva, social e epistemológica, apontando para um futuro em que o conhecimento seja, de fato, construído de maneira coletiva, inclusiva e emancipatória.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BEZERRA, V. C. A. **Epistemografia interativa como prática em ambientes digitais: um protótipo no repositório filatélico brasileiro**. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39457>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BORKO, H. What Is Information Science? **American Documentation**, v. 19, n. 10–11, p. 3–5, 1968.

DUQUE CARDONA, N. ¿Ciencia de la información para qué y para quién? aproximación a los paradigmas de la ciencia de la información en el contexto universitario. In: DUQUE CARDONA, N.; SILVA, F. C. G. **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 45-72. (Selo Nyota). Disponível em: <https://www.nyota.com.br/livros>. Acesso em: 14 ago. 2024.

GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SALES, Rodrigo de. Decolonizando a organização do conhecimento: um olhar do periódico Knowledge Organization (2000-2020). **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 14, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/562/498> Acesso em: 06 fev. 2026.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Científicamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103–112, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/49xzkXKxWSbxPRCKx6RfX8t/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2024.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Desclassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**. Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, 2011b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/89vfV6PdSjGkRMrr56GqvJ/?lang=en>. Acesso em: 14 ago. 2024.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Epistemologia de la Documentation**. Barcelona: Stonberg, 2011a.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Itinerarios de representación del conocimiento en la sociedad de la información: bases para la construcción epistemográfica del patrimonio histórico andaluz. PH. **Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, n. 31, 96-105, 2000. Disponível em: <https://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/998>. Acesso em: 14 ago. 2024.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (obstáculos epistémicos, regencia de la transcultura y desclasificación). **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 8, n. 1/2, p. A02, 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/4450>. Acesso em: 14 ago. 2024.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Outras memórias possíveis: estratégias descolonizadoras do arquivo nacional**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GARDIN, J.C. *et al.* **La logique du plausible. Éssais d'Épistémologie pratique en Sciences humaines**. 2. ed. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Periferia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3428/0>. Acesso em: 14 ago. 2024.

HARAWAY, D. *Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective*. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, Autumn, 1988.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistêmica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 12. ed. Porto: Afrontamento, 2001.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41–62, 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SOARES, M. S. B.; MARTINS, M. T.; FRANCELIN, M. M. Pluralismo lógico e epistemografia interativa como ferramentas desclassificadoras do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 55-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php>. Acesso em: 14 ago. 2024.

VANIN, L. F. **Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sob a perspectiva da desclassificação**. 2024. 282 f. Dissertação (Mestrado Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254829?show=full>. Acesso em: 14 ago. 2024.